VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais
Coimbra 16, 17 e 18 de Setembro de 2004
Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra
Colégio de S. Jerónimo, Apartado 3087 . 3001-401 Coimbra, Portugal
Telef +351 239 85 55 70 Fax + 351 239 85 55 89
email lusoafrobrasileiro@ces.uc.pt
url http://www.ces.uc.pt/LAB2004
A QUESTÃO SOCIAL NO NOVO MILÉNIO

André Freire

ISCTE – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa;

CIES-ISCTE; e ICS-UL – Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Identidades ideológicas e partidárias: Portugal, Espanha e Grécia em perspectiva comparativa.

Comunicação a apresentar no *VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, Coimbra, 16, 17 e 18 de Setembro de 2004

A importância da divisão entre esquerda e direita na política de massas

Desde a Revolução Francesa que a divisão entre esquerda e direita tem uma importância fundamental na política de massas, sobretudo na Europa Continental (Laponce, 1982). Tal clivagem política tem desde então servido como forma de categorizar as ideologias; enquanto instrumento de classificação das posições políticas dos diferentes partidos (e/ou candidatos/eleitos); como código de comunicação entre forças políticas, *mass media* e eleitores; e, finalmente, enquanto instrumento de orientação dos eleitores na interpretação dos fenómenos políticos e na tomada de decisões. A divisão entre esquerda e direita funciona, ao nível individual, como um instrumento para reduzir a complexidade do universo político e, ao nível sistémico, como um código de comunicação (Fuchs e Klingemann, 1990, p. 205; Luhmann, 1982).

Apesar de todas as teses sobre o "fim da ideologia" (por exemplo, Bell, 1960; Lipset, 1981), sobre o "fim da história" (Fukuyama, 1989), sobre uma certa superação da divisão entre esquerda e direita (Giddens, 1994), a verdade é que estas mesmas teses se revestem de um carácter ideológico e, pouco depois de serem formuladas/defendidas, foram sucedidas pelo aparecimento de novas formas ideológicas ou pela acrescida saliência de "velhas" ideologias (Heywood, 2003, pp. 319-323; Eatwell, 2003, pp. 279-290).

Mais, vários estudos têm documentado a importância crescente da posição dos eleitores na escala esquerda-direita enquanto factor explicativo da sua opção de voto. Gunther e Montero (2001, pp. 124-126) revelaram que,

entre as décadas de 1980 e 1990, se verificou um declínio do impacto das clivagens sociais no voto em Portugal, Espanha, Itália e Grécia, bem como nos vários países da Europa Ocidental e América do Norte usados como termo de comparação. Mas no que respeita ao impacto das orientações esquerda-direita nas opções eleitorais a conclusão foi precisamente inversa, quer para os quatro países da Europa do Sul, quer para vários outros (Gunther e Montero, 2001, p. 127; ver também Freire, 2003). Outros estudos têm evidenciado uma tendência similar para a Bélgica, a Dinamarca, a Holanda, a Nova Zelândia e a Suécia (Franklin et al, 1992). Também em termos absolutos, para cada eleição, a ideologia (medida da forma referida) se revela, geralmente, como o mais importante ou como um dos mais importantes preditores das opções partidárias (Franklin et al, 1992; Gunther e Montero, 2001; Freire, 2003 e 2004a).

Tendo em conta a enorme importância do posicionamento na escala esquerda-direita para a orientação política dos eleitores Europeus, bem como as várias lacunas na literatura existente sobre a matéria, neste trabalho temos dois objectivos centrais. Primeiro, analisar a extensão e evolução das identidades ideológicas (posicionamento na escala esquerda-direita) e partidárias (identificação com os partidos políticos) para os eleitores Europeus, entre 1976 e 2002. Segundo, nas questões em análise, aferir se há diferenças sistemáticas entre as novas democracias do Sul da Europa (Portugal, Espanha e Grécia) e as antigas poliarquias da parte Ocidental do velho Continente. Ou seja, tendo em conta que a formação das identidades ideológicas (e partidárias) está fortemente dependente da socialização dos indivíduos num

ambiente de efectiva competição política e ideológica, será que há diferenças sistemáticas entre novas e antigas democracias?[1]

Identidades ideológicas e partidárias

Na senda do estudo seminal de Inglehart e Klingemann (1976), bem como dos seus vários continuadores (ver Freire, 2004b), tem sido considerado que o posicionamento dos eleitores na escala esquerda-direita tem basicamente três componentes: uma dimensão social, que tem a ver com as relações entre as orientações ideológicas dos indivíduos e a sua ancoragem no tecido social; outra valorativa, que respeita às associações entre as orientações dos indivíduos face aos diferentes sistemas de valores (socioeconómicos, religiosos e "nova política) e o seu posicionamento na escala esquerda-direita; em terceiro lugar, a componente partidária da ideologia refere-se à parte do posicionamento ideológico que, não sendo explicável pelas opções valorativas dos indivíduos, remete para a identificação destes com os partidos políticos. Ou seja, neste caso os indivíduos posicionam-se à esquerda ou à direita mais em função de se identificarem com partidos de esquerda ou de direita, respectivamente, do que por partilharem determinadas preferências em matéria de políticas públicas e/ou dos sistemas de valores que lhes estão subjacentes.

Nas novas democracias, não é muito plausível que as identidades ideológicas reflictam *sobretudo* as lealdades partidárias, já que estas ainda não estão completamente sedimentadas, pelo menos nos primeiros anos dos novos

[1] O presente estudo foi extraído de uma investigação mais vasta sobre o significado da divisão entre esquerda e direita, na Europa, desenvolvida pelo autor ao nível da respectiva dissertação de doutoramento em Sociologia Política. Ver Freire, 2004b.

regimes. Assim, uma das alternativas possíveis é considerar a componente partidária da ideologia como um mecanismo que funciona de modo semelhante à identificação partidária, mas que consiste mais numa espécie de identidade espacial que depois se converte num guia para as opções partidárias, nomeadamente em termos de voto (Sani e Montero, 1986). É pois nesta acepção última que adoptaremos o conceito de componente partidária da ideologia: uma identidade espacial (com determinada área do espectro ideológico) que funciona de modo semelhante à identificação partidária e que não tem necessariamente associado um conjunto estruturado de atitudes sobre as políticas públicas/sistemas de valores, podendo portanto funcionar independentemente destas orientações.

A formulação clássica do conceito de identificação partidária remonta ao chamado modelo sociopsicológico do voto (Campbell et al, 1960; ver ainda Freire, 2001, Capítulo 2). Concebido como forma de superar as limitações do modelo sociológico, nomeadamente a incapacidade deste para explicar as flutuações conjunturais nos comportamentos eleitorais, a abordagem sociopsicológica centrou as suas atenções nos objectos das atitudes políticas, tais como os candidatos e os temas políticos, pois estas evidenciam variações de curto-prazo. Foi esta a chave encontrada para explicar as dinâmicas do comportamento político pois assenta nas reacções do eleitorado a estas mudanças na cena política (Campbell et al, 1960, p. 17).

Em termos de atitudes políticas, a identificação partidária tem uma enorme importância neste modelo (Schmitt e Holmberg, 1995, pp. 96-100).[2] A identificação partidária foi concebida para caracterizar a orientação afectiva dos indivíduos perante os partidos políticos, a qual pode ser positiva ou negativa e ter graus variáveis de intensidade (Campbell et al, 1960, pp. 121-122). Tais identidades têm a função de ligar os indivíduos ao sistema político e partidário, contribuindo para a sua estabilidade, nomeadamente através da diminuição da propensão dos sujeitos para a volatilidade eleitoral. As identidades partidárias desenvolvem-se sobretudo através da socialização primária, especialmente por via da família. Mais, tendem a reforçar-se ao longo da vida, tanto mais quanto o sentido de voto dos indivíduos for sendo sistematicamente consistente com a respectiva identificação (Campbell et al, 1960, pp. 146-149).

A partir dos anos 60 e 70, vários estudos documentaram um declínio das proporções de indivíduos que declaravam identificar-se com qualquer partido, quer na Europa, quer nos EUA (ver Schmitt e Holmberg, 1995). Por outro lado, a identificação partidária passou a ser um elemento cada vez menos importante nas escolhas dos eleitores (Dalton, 2000). Segundo alguns autores, as tendências de declínio da identificação dos eleitores com os partidos políticos não são extensíveis a todas as democracias ocidentais (Schmitt e Holmberg, 1995, pp. 100-117). Deste estudo se concluiu que “as explicações sociológicas” para o declínio da identificação dos cidadãos com os partidos

[2] Sobre várias operacionalizações do conceito de identificação partidária, nomeadamente aquelas que foram efectuadas nos vários inquéritos que serão utilizados no presente artigo, ver Freire, 2004b, Capítulo 4, especialmente Quadro 4.1.

terão de ser complementadas por “explicações políticas” (específicas) para cada um dos países (Schmitt e Holmberg, 1995, pp. 110-117).

Em sentido contrário, na linha das teorias sobre o desalinhamento partidário, Dalton (2000) defende a ideia da existência de mudanças estruturais transversais às sociedades industriais avançadas e que estariam a determinar em larga medida a erosão da identificação dos indivíduos com os partidos políticos:

> “What is stunning about partisan dealignment is the commonality of trends across a wide variety of advanced industrial democracies. In a single nation such developments might be linked to the specific trials and tribulations of the parties. When a pattern appears across a wide variety of nations, however, it suggests that a common set of forces are affecting these nations (Dalton, 2000, p. 36).”

Dalton (2000, pp. 23-25) contesta o estudo de Schmitt e Holmberg (1995) por três ordens de razões, das quais destaco as duas mais relevantes para a análise que irei empreender. Primeiro, a tese do desalinhamento partidário aponta para mudanças sociais de longo prazo que estariam a minar as bases políticas e cognitivas da identificação partidária nas democracias pós industriais. Por isso, o estudo de Schmitt e Holmberg (1995) é limitado: o período temporal coberto é curto (geralmente da década de 1970 a 1992) e inclui algumas novas democracias (Portugal, Espanha, Grécia). Para superar estas limitações, Dalton não inclui as novas democracias do Sul da Europa, nem quaisquer outras novas democracias; procura estender o período temporal; inclui ainda mais democracias pós industriais. Segundo, de acordo

com Dalton, Schmitt e Holmberg terão sido demasiado cautelosos na interpretação dos seus próprios resultados, já que o reduzido número de casos desaconselha uma excessiva importância dada às questões da significância estatística (Dalton, 2000, p. 25; ver também Dalton e Wattenberg, 2000, pp. 62-63).

Destes debates, convém referir três notas fundamentais para o estudo a desenvolver de seguida. Primeiro, o trabalho de Schmitt e Holmberg inclui as novas democracias do Sul da Europa, mas o período temporal coberto é curto: só vai até 1992. Pelo contrário, a análise de Dalton não inclui as novas democracias do Sul da Europa. Portanto, nesta matéria urge actualizar os dados de Schmitt e Holmberg para o período que vai de 1992 a 2002. Aliás, esta extensão permite ter uma perspectiva mais sólida e aprofundada da evolução da identificação partidária no Sul da Europa.

Em segundo lugar, a análise aprofundada dos três países do Sul da Europa tem uma relevância teórica própria para a análise dos fenómenos da formação, natureza e evolução das identidades partidárias e ideológicas, já que se trata de novas democracias (Converse, 1969; Barnes, McDonough e Pina, 1985; Niemi et al, 1985; Gunther e Montero, 2001, pp. 88 e 92-94; Barnes, 2002). Voltaremos a este ponto.

Terceiro, pretende-se comparar a evolução da identificação partidária com a evolução da identificação ideológica em termos de esquerda e direita.[3] Ora esta última tarefa está, tanto quanto é do nosso conhecimento, claramente

[3] Sobre as diferentes operacionalizações do posicionamento dos eleitores na escala esquerda-direita, nomeadamente nos vários inquéritos utilizados no presente artigo, ver Freire, 2004b, Capítulo 4, especialmente Quadro 4.2.

por fazer ao nível da sociologia e da ciência política, quer em Portugal, quer a nível internacional.

A evolução das identidades ideológicas e partidárias na Europa

Tanto a formação das identidades partidárias como a formação das identidades ideológicas são processos que se vão desenvolvendo ao longo dos percursos de socialização (primária e secundária) dos indivíduos (Campbell, 1960; Converse, 1964 e 1969; Niemi et al, 1985; Barnes, McDonough e Pina, 1985).

A formação de qualquer uma daquelas duas identidades está fortemente dependente da existência de um ambiente de diferenciação partidária e ideológica efectivas, associados à existência de livre competição política. Nos regimes autoritários existentes até ao início dos anos 1970 no Sul da Europa, os partidos políticos eram uma realidade proscrita e a diferenciação ideológica reprimida. Na segunda metade do século XX, e exceptuando a Grécia, só a partir das transições democráticas dos anos 1970 foi aí implantado o pluralismo partidário e ideológico.

Apesar de o pluralismo (partidário e ideológico) ser reprimido nos regimes ditatoriais do Sul da Europa, tal não significa que o mesmo não existisse, de alguma maneira. De qualquer modo, era muito limitado. Por outro lado, durante os interregnos ditatoriais, as experiências e contactos com as noções e forças associadas a tal pluralismo, seja por vias das correntes oposicionistas, seja por via de contactos com nações democráticas estrangeiras, atingiram sempre segmentos limitados das populações de Portugal, Espanha e Grécia. Portanto, as condições para a formação de identidades ideológicas (e partidárias) eram bastante reduzidas, sobretudo

quando comparamos estes novos regimes com as democracias mais antigas da Europa Ocidental.

Mesmo em ambientes políticos competitivos, para que os indivíduos se identifiquem com determinados partidos e com determinadas áreas ideológicas é preciso que essas organizações e noções, bem como as imagens e conteúdos que as definem e/ou que lhes estão associadas, consolidem sua presença na arena política (Converse, 1969; Barnes, McDonough e Pina, 1985; Niemi et al, 1985; Gunther e Montero, 2001, pp. 88 e 92-94; Barnes, 2002).

Por tudo isto, espera-se que, por um lado, os níveis de identificação ideológica e partidária nas novas democracias apresentem inicialmente valores mais baixos do que nas poliarquias mais antigas, especialmente em Portugal e Espanha. Tendo em conta que o interregno ditatorial foi mais reduzido na Grécia (1967-74), e que existiram vários elementos de continuidade nos objectos políticos – correntes ideológicas, partidos e líderes –, antes e depois do regime dos coronéis (ver Freire, 2004b), espera-se que neste país as diferenças face às democracias mais antigas sejam menos salientes do que nos casos da Espanha e Portugal. Por outro lado, é expectável que as novas democracias apresentem uma tendência de subida nos níveis de identificação partidária e ideológica, pelo menos durante as primeiras décadas do regime democrático, sobretudo Portugal e a Espanha. Ou seja, pelo menos nos períodos iniciais de vida democrática não se espera que as novas democracias sejam afectadas pelo desalinhamento partidário e ideológico.

A propósito das sociedades pós industriais, já nos referimos à “teoria do desalinhamento partidário” (Dalton, 2000) e a um dos seus traços fundamentais: o declínio da identificação dos indivíduos com os partidos

políticos. Muitos dos factores que explicam esse declínio tenderão a influenciar também as identidades ideológicas no sentido do seu decréscimo. Tanto mais quanto é sabido que estas têm também uma forte componente partidária. Por exemplo, os aumentos dos níveis de instrução e de informação política dos eleitores poderão também tornar as identidades ideológicas menos funcionais enquanto instrumentos de redução de custos para a tomada de decisões políticas e eleitorais. Adicionalmente, também a personalização da política, a redução das diferenças ideológicas entre os partidos, que se vêm processando desde a conversão dos partidos de massas em partidos *catch-all*, o crescimento do marketing político, etc., são factores que apontam para um declínio das identidades ideológicas dos cidadãos.

As ideologias são fenómenos típicos das sociedades industriais, entroncando também claramente na tradição Iluminista (quanto mais não seja como reacção a ela: caso da direita reaccionária/conservadora). Ou seja, as ideologias (sobretudo as "progressistas") decorrem do pressuposto de que é possível, através da razão e da acção humanas, transformar a sociedade no sentido de melhorar as condições de vida dos homens (Bell, 1960, pp. XI-XVIII e 393-407). As ideologias são, assim, "filhas" do Iluminismo e da revolução industrial, tendo vindo preencher algumas das antigas funções das cosmovisões religiosas, mas agora com uma visão optimista quanto às capacidades transformadoras da razão e da acção humanas (ver Freire, 2004b**,** Capítulo I). Contudo, desde os anos 1950 que nas sociedades industriais vários autores têm observado (e/ou defendido, no caso das perspectivas mais normativas) o declínio ou mesmo o fim das ideologias, pelo menos enquanto sistemas estruturados e fechados de pensamento, ou seja, enquanto ideologias

totais (comunismo, nazismo, etc.) (Bell, 1960, especialmente pp. 409-447; Lipset, 1981).

Mais recentemente, seja numa perspectiva mais normativa, no caso dos teóricos da terceira via (Giddens, 1994, 1998 e 2000), seja numa abordagem empírica, no caso das análises sobre o posicionamento ideológico dos partidos políticos (Mair, 1998, pp. 131-136), alguns cientistas sociais têm defendido e/ou observado a existência de um declínio da importância da diferenciação entre a esquerda e a direita, com importantes consequências em matéria da estruturação das propostas políticas dos partidos socialistas, sociais democratas e trabalhistas (Pasquino, 2002; Lobo e Magalhães, 2001).

Todavia, estas posições estão longe de ser consensuais. Primeiro, as teses sobre o fim da ideologia são elas próprias ideológicas. Segundo, após serem formuladas, têm sido sucedidas por renovações dos espaços ideológicos, tais como a “nova esquerda” e a “nova direita”, dos anos 1960 ao presente, e o recrudescimento do nacionalismo e do fundamentalismo, em períodos recentes (Eatwell, 2003; Heywood, 2003).

Numa perspectiva normativa, Norberto Bobbio defende que as desigualdades sociais persistem no mundo de hoje, sobretudo entre os países ricos (do primeiro mundo) e os restantes (do terceiro mundo), e, por isso, considera que há claramente espaço para uma renovada importância da diferenciação entre esquerda e direita, ainda que em novos moldes (Bobbio, 1994, pp. 95-101). Numa vertente mais empírica, um estudo recente baseado em análises de conteúdo dos manifestos eleitorais dos partidos políticos nas democracias ocidentais, 1945-1997, está longe de corroborar as teses do fim da ideologia, fundamentalmente por dois motivos. Primeiro, não há tendências

gerais em matéria da evolução das propostas dos partidos políticos. Segundo, a variabilidade é não só entre países mas também no seio de cada país, com oscilações nos níveis de polarização ideológica entre eleições (Budge e Klingemann, 2001, pp. 19-50).

Numa análise sobre os tipos de partidos, desde meados do século XIX até final do século XX, Gunther e Diamond (2003, especialmente pp. 187 e 191-193) evidenciam que, ao nível do perfil dos partidos, a tese do declínio ou fim das ideologias tem uma base empírica limitada, exemplificando tal argumento com o aumento da ideologização do Partido Republicano durante os anos 1980, com Ronald Reagan, e do Partido Conservador durante os anos 1970 e 1980, com Margaret Thatcher.

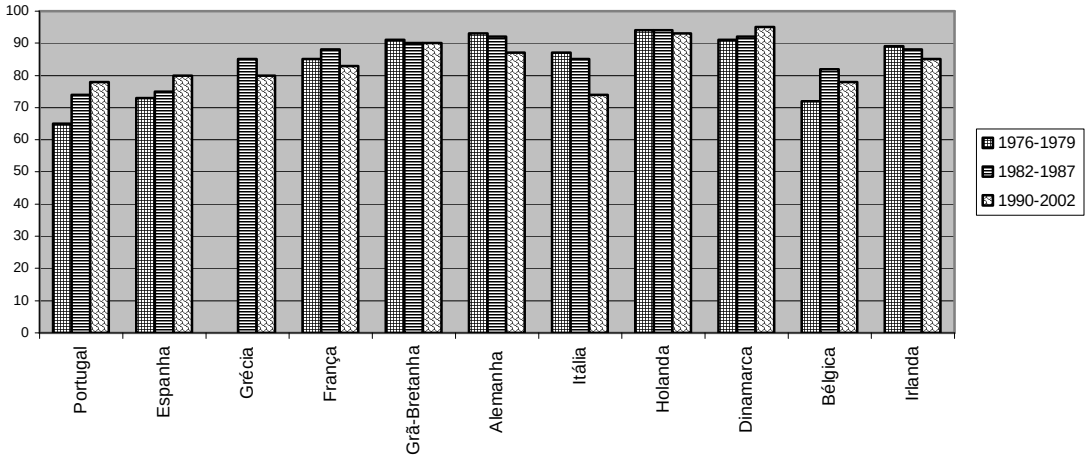
Finalmente, a grande (e em muitos países crescente) importância da divisão entre esquerda e direita para explicar o voto dos eleitores nas democracias da nossa área geocultural (Franklin et al, 1992; Gunther e Montero, 2001; Freire, 2003 e 2004a), aponta também em sentido oposto ao das teses sobre o fim da ideologia.

Portanto, se há um certo consenso quanto ao declínio das identidades partidárias no Ocidente, especialmente no que respeita às democracias mais antigas, tal não parece verificar-se em matéria de identidades ideológicas. Efectivamente, em matéria de identificação com os partidos políticos, as controvérsias quanto ao seu declínio centram-se fundamentalmente no seu grau de generalidade (em termos de democracias Ocidentais mais antigas) e nas causas de tal fenómeno, estando as duas questões interligadas como vimos.

Pelo contrário, as posições sobre a evolução das identidades ideológicas são bastante mais controversas. Na nossa perspectiva, se pensarmos em termos de ideologias como “ideologias totais”, então a evidência empírica corrobora a tese do declínio das mesmas de uma forma relativamente clara, mas apenas se considerarmos exclusivamente as democracias Ocidentais. Todavia, se abandonarmos esta perspectiva etnocêntrica, o crescimento do fundamentalismo islâmico em vários pontos do globo parece desmentir a aplicabilidade universal da tese do fim das ideologias (totais). Se pensarmos em ideologias num sentido menos forte, também temos de reconhecer que se tem efectivamente verificado um esbater das diferenças entre os principais partidos e orientações ideológicas, pelo menos em determinadas políticas públicas que tradicionalmente dividiam (e continuam a dividir) a esquerda e a direita, tais como o papel do Estado na economia e na sociedade. Contudo, também aqui as análises empíricas demonstram que tal fenómeno não é linear. Finalmente, em termos de atitudes e comportamentos dos eleitores, a evidência também não parece corroborar as teses do declínio da ideologia, pelo menos em muitos casos (Franklin et al, 1992; Gunther e Montero, 2001).

Seja como for, as divergências quanto à evolução das ideologias são mais vincadas do que em matéria do declínio das identidades partidárias. De qualquer modo, a existir erosão no autoposicionamento ideológico dos eleitores, nas novas democracias (onde tais identidades estarão ainda em fase de sedimentação) tal não se deveria verificar, ou pelo menos a verificar-se deveria ocorrer num grau muito menor. Passemos pois aos dados empíricos para aferir qual o grau de sustentação destas diferentes posições.

Figura 1: Autoposicionamento no esquema esquerda direita, na Europa, 1976-2002 (percentagens médias por década)



Fontes: dados elaborados pelo autor a partir de *Eurobarometer Manheim Trend File* 1970-1999; *European Election Study* 1999; Eurobarometro 57.1 (2002); Espanha e Portugal, só 2000 e 2002, respectivamente: *Comparative Study of Electoral Systems*, Módulo 2; só para Portugal em 1978-1984: Bacalhau, s.d.,. p. 47, e Bacalhau, 1994, p. 58; Espanha, 1982: Eurobarómetro 18, in Barroso e Condomines, 1985, p. 43; Espanha em 1978 e 1984, Barnes, McDonough e Pina, 1985, p. 701.

Nota: sobre as distribuições, veja-se Freire, 2004b, Apêndice 5, Quadros A5.1 e A5.2.

Na Figura 1 apresentamos as percentagens médias, por década, de indivíduos em diferentes países Europeus que foram capazes de se posicionar no esquema esquerda-direita. Em cada país, as percentagens em falta para perfazer 100% dizem respeito aos indivíduos que não responderam à pergunta ou que recusaram responder, isto é, àqueles que não reconhecem a divisão entre esquerda e direita. Note-se que em vários países a série não abrange todos os anos incluídos, sobretudo entre as novas democracias do Sul da Europa (ver Freire, 2004b, Capítulo 4 e Apêndice 5, Quadros A5.1 e A5.2).

De acordo com os dados presentes na Figura 1, os países com os níveis mais elevados de identificação ideológica são a Holanda, a Dinamarca, a Grã-Bretanha, a Alemanha e a Irlanda. Pelo contrário, os países com níveis mais

baixos de identificação ideológica são, por ordem crescente, Portugal, a Espanha, a Bélgica e a Grécia. Situação intermédia ocupa a França e a Itália, cujo estatuto se deve ao carácter variável dos níveis de identificação ideológica em cada um dos períodos em análise. No primeiro caso, os valores para os anos 1980 estão ao nível dos do primeiro grupo, ainda que ligeiramente abaixo, mas na década de 1970 e 1990 são mais baixos. No caso da Itália, os valores para as identidades ideológicas estão ao nível do grupo com maior extensão da ideologia nos anos 1970, mas dessa década para as seguintes há um declínio abrupto que coloca a nação transalpina no escalão intermédio de países.

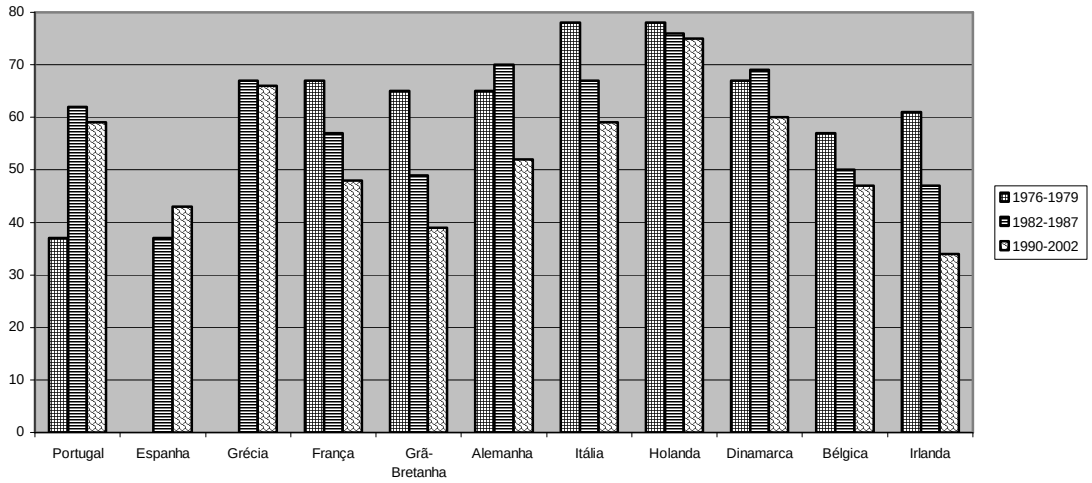
Grosso modo, podemos dizer que as nossas expectativas se confirmam, ou seja, os níveis mais baixos de identificação ideológica concentram-se nas novas democracias do Sul da Europa. Contudo, o caso belga evidencia que nem tudo se resume ao problema da longevidade do regime democrático. Neste país, onde as questões étnicas e linguísticas têm reduzido a saliência e a estruturação ideológica do esquema esquerda-direita (ver Freire, 2004b, Capítulo 3), também o nível de identificação ideológico é relativamente baixo. Por outro lado, a Itália apresenta uma erosão de tal modo forte das identidades ideológicas, a que não será alheia a completa restruturação do sistema partidário durante a década de 1990, apresentando na última década em análise (1990-2002), junto com Portugal e a Bélgica, os níveis mais baixos de identificação ideológica. O caso da Itália evidencia claramente a componente partidária da ideologia: com o colapso e transformação do sistema de partidos na primeira metade dos anos 1990, as identidades ideológicas caíram abruptamente.

Baseado num inquérito extensivo realizado em 1990-1992, nos países ex-comunistas da Europa central e de leste, Samuel Barnes (2002, p.14) fornece-nos as percentagens de reconhecimento do esquema esquerda-direita nesses países, isto é, as frequências relativas de inquiridos que se posicionam na escala: Bulgária, 77%, República Checa e Eslováquia, 79%, Alemanha de leste, 88%, Estónia, 59%, Hungria, 70%, Krasnoyarsk (Região da Rússia), 51%, Lituânia, 73%, Polónia, 77%, Roménia, 62%, Eslovénia, 64%, Ucrânia, 59%. Para o conjunto dos onze países temos um reconhecimento médio de 69%.

Para a década de 1970 – um único ano: 1978 -, Portugal e a Espanha em conjunto apresentavam uma média de 69% de indivíduos que se autoposicionavam na escala esquerda-direita (para este período não possuímos dados referentes à Grécia). Nos anos 1980, a média nas três novas democracias do Sul da Europa foi já de 78%. Finalmente, no lapso temporal 1990-2002, a mesma média foi de 79,3%. Portanto, os escassos dados que possuímos referentes aos anos 1970 apontam para que Portugal e Espanha estivessem ao mesmo nível do conjunto das novas democracias da Europa central e de leste. Numa análise mais desagregada, verificamos que a Espanha (73%) estava um pouco acima e Portugal (65%) um pouco abaixo. Todavia, na década seguinte à da instauração da democracia os países da Europa do Sul estavam já bastante mais próximos da média da Europa Ocidental, embora ainda significativamente abaixo, e muito acima da média das novas democracias ex-comunistas. Ainda assim, é preciso notar que muitas das novas democracias do centro e leste europeus, especialmente as mais próximas física e culturalmente do Ocidente, apresentavam já em 1990-1992

valores bastante elevados de reconhecimento do eixo esquerda-direita. De todo o modo, todos estes dados corroboram a ideia de que a longevidade das democracias é um importante factor explicativo do reconhecimento das categorias ideológicas entre as populações.

Figura 2: Identificação com os partidos, na Europa, 1976-2002
(percentagens médias por década)



Fontes: Eurobarómetros 5-6, 7-8, 9-10, 11-12, 17-18, 21-22, 23 a 38 (em Schmitt e Holmberg, 1995, pp. 126-127); dados elaborados pelo autor a partir de Eurobarómetro 44.1 (1994); *European Election Study* 1999; *Comparative Study of Electoral Systems*, Módulos 1 (2000, Espanha) e 2 (2002, Portugal, França, Alemanha e Irlanda); só para Portugal em 1978: Bacalhau, s.d.,. p. 96; só para Espanha em 1978: Barnes, McDonough e Pina, 1985, p. 700.
Nota: sobre as distribuições, veja-se Freire, 2004b, Apêndice 5, Quadros A5.1 e A5.2.

A análise de tendências evolutivas através de gráficos é potencialmente imprecisa e, por isso, à frente abordaremos a questão de uma forma mais sistemática. Passemos pois à análise comparativa dos níveis de identificação partidária na Europa (Figura 2). A Espanha, nos anos 1980, e Portugal, nos anos 1970, apresentavam os níveis mais baixos de identificação com os partidos políticos perante o conjunto de países Europeus analisados na Figura

2. Contudo, mesmo esses valores, que para o caso de Portugal têm que ser escrutinados com extrema cautela[4], estão bastante próximos dos registados na Grã-Bretanha e na Irlanda em 1990, após um vincado declínio das identidades partidárias nestes países desde a década de 1970.

Ao contrário da Espanha, a Grécia e Portugal evidenciam nos anos 1980 e 1990 níveis de identificação com os partidos políticos idênticos aos das democracias industriais avançadas, aliás mais elevados até do que os que se verificam em França (anos 1980 e 1990), Grã-Bretanha (anos 1980 e 1990), Alemanha (anos 1990), Itália (anos 1990), Bélgica (anos 1970 a 1990) e Irlanda (anos 1970 a 1990, para a Grécia; anos 1980 e 1990 para Portugal). Portanto, com excepção da Espanha, nas décadas de 1980 e 1990 as novas democracias do Sul da Europa apresentam níveis de identificação com os partidos políticos semelhantes a muitas das democracias industriais avançadas da Europa ocidental, sobretudo a Grécia. Tal deve-se a que na generalidade das democracias mais antigas as tendências para o desalinhamento partidário entre os 1970 e os anos 1990 são bastante fortes, enquanto um processo inverso de crescimento e consolidação das identidades partidárias terá tido lugar nas novas democracias do Sul da Europa. Porém, a escassez de dados para os anos 1970 impede-nos de ter uma perspectiva exaustiva da situação no Sul da Europa.

Por motivos de espaço, não podemos apresentar aqui os dados referentes às “identidades partidárias nucleares” (percentagem de indivíduos que se identificam forte ou razoavelmente com os partidos), em complemento das percentagens de indivíduos que se identificam com os partidos,

[4] Em 1978, o indicador da identificação partidária para Portugal tende a subestimar este mesmo fenómeno (Freire, 2004b, especialmente Quadro 4.1 e respectivo comentário).

independentemente do grau de intensidade. Sobre esta matéria, ver Freire, 2004b, Capítulo 4, especialmente Figura 4.3 e respectivo comentário. Da análise aí empreendida podemos, porém, concluir que, exceptuando o caso grego, é no que respeita à intensidade das identidades partidárias que as novas democracias se diferenciam mais claramente das mais antigas, sendo as primeiras caracterizadas por percentagens muito baixas de indivíduos que se identificam “forte” e “razoavelmente” com os partidos políticos. Os valores situam-se abaixo de 15% em Portugal e Espanha, quando nas democracias mais antigas tais valores se situam geralmente bastante acima dos 20%, em muitos casos bastante mais. A Grécia está entre os países situados no topo.

Conforme dissemos atrás, a análise evolutiva das identidades partidárias e ideológicas através de gráficos é algo imprecisa e, por isso, recorremos a uma metodologia idêntica à utilizada por Schmitt e Holmberg (1995, p. 101), bem como por Dalton (2000, pp. 25-26), para aferir com precisão da existência (ou não) de eventuais tendências nestas matérias. Ou seja, tomando como variável dependente a “percentagem de indivíduos que se posiciona no esquema esquerda-direita”, em cada país e ano, e como variável independente os anos para os quais dispomos de dados, ordenados em sequência cronológica ascendente, recorreu-se à regressão linear para procurar identificar a existência de eventuais tendências evolutivas (Quadro 1). A mesma metodologia foi utilizada para “explicar” a evolução da “percentagem de indivíduos que se identificam com um qualquer partido” (Quadro 1), tomada agora como a variável dependente.

Quadro 1: Tendências evolutivas da identificação partidária e ideológica na Europa, 1976-2002 (regressões lineares)

			Variável dependente 1: Identificação partidária		Variável dependente 2: Identificação ideológica	
Países	**Período**	**N**	**Constante de regressão**	**Coeficiente de regressão**	**Constante de regressão**	**Coeficiente de regressão**
Portugal (I)	1978-02	10	-823,511	0,442	-1225,471**	0,654**
Portugal (II)	1985-02	7	977,933	-0,461	-	-
Espanha (I)	1978-02	9	354,593	-0,157	-1028,069**	0,556**
Espanha (II)	1982-02	7	-295,766	0,169	-1518,790***	0,802***
Grécia (I)	1982-02	8	856,272	-0,397	1214,185	-0,569
Grécia (II)	1980-02	12	-	-	621,027	-0,271
França	1976-02	13	1881,643***	-0,919***	563,195*	-0,241*
Grã-Bretanha	1976-02	13	2971,703***	-1,471***	351,436	-0,131
Alemanha	1976-02	13	1944,401***	-0,948***	774,311*	-0,344*
Itália	1976-02	13	1745,722**	-0,845**	1442,583***	-0,685***
Holanda	1976-02	13	358,466	-0,142	124,762	-0,00159
Dinamarca	1976-02	13	971,373*	-0,456*	-407,506***	0,252***
Bélgica	1976-02	13	1123,953***	-0,540***	-265,806	0,173
Irlanda	1976-02	13	2797,316***	-1,385***	647,647**	-0,282**

Fontes:

1) ver Figuras 1 e 2;

2) para o caso da Grécia (I e II), para além das fontes citadas, foi usada a uma série adicional referente aos anos de 1980, 1981 e 1983 – Grécia II -, retirada de Barroso e Condomines, 1985, p. 48, e referente aos EB realizados nesses anos.

3) para o caso de Espanha (I), no caso da identificação partidária os dados referentes aos anos de 1978 a 1984 foram retirados de Barnes, McDonough e Pina, 1985. No caso da dimensão esquerda-direita apenas os dados referentes aos anos de 1978 e 1984 foram retirados desta fonte. No país em análise, para a identificação partidária os anos de 1982 e 2002 correspondem a 1980 e 2000, respectivamente.

Notas:

(1) Variável dependente 1: identificação partidária, em cada ano e país (percentagem de indivíduos que se identificam com qualquer partido, face ao total);

(2) Variável dependente 2: identificação ideológica, em cada ano e país (percentagem de indivíduos que se posicionam na escala esquerda direita);

(3) Variável independente: ano em causa para cada país;

(4) *** $p < 0,01$; ** $p < 0,05$; * $p < 0,1$.

Em matéria da evolução das identidades ideológicas, há quatro coeficientes que evidenciam um aumento da extensão das mesmas entre as populações: em Portugal, Espanha, Dinamarca e Bélgica (ver Quadro 1). Mais, apenas neste último caso o aumento não é estatisticamente significativo, facto a que não será alheia a evolução não linear das percentagens de indivíduos com identificação ideológica (ver Figura 1). Todos os outros coeficientes evidenciam uma evolução negativa das identidades ideológicas entre as populações, embora na Grécia, na Grã-Bretanha e na Holanda tais tendências não sejam estatisticamente significativas.

Na linha de Dalton (2000, p. 25), e de Dalton e Wattenberg (2000, pp. 62-63), pensamos, contudo, que tendo em conta o reduzido número de casos nas séries temporais usadas, as questões da significância estatística têm que ser relativizadas. Dalton e Wattenberg estabelecem como regra prática que uma variação anual de 0,3 numa série temporal será significativa, mesmo que os testes de significância não o revelem devido ao reduzido número de casos, pois variações de 6% entre duas amostras de 1500 casos são sempre estatisticamente relevantes (Dalton e Wattenberg, 2000, pp. 62-63).

Assim, se no caso grego a falta de significância estatística do coeficiente (-0,569), indicando a erosão das identidades ideológicas, poderá dever-se mais ao reduzido número de casos, na Grã-Bretanha (-0,131) e na Holanda (-0,00159) os dados recolhidos apontam para variações tão baixas, seja em termos gráficos (Figura 1), seja em termos de valores absolutos dos coeficientes (Quadro 1), que será mais correcto falar-se em estabilidade das identidades ideológicas.

Mesmo no caso grego é questionável se estaremos efectivamente perante uma erosão das identidades ideológicas entre a década de 1980 e a década de 1990, pelo que conclusões mais seguras nesta matéria carecem de uma série temporal mais extensa. Neste sentido, estendemos ligeiramente a série Grega, adicionando à série inicial (Quadro 1, Grécia I) os anos de 1980, 1981 e 1983 (Quadro 1, Grécia II), retirados de Eurobarómetros realizados nestes anos (constantes em Barroso e Condomines, 1985, p. 48). Com a nova série continuamos a ter uma evolução no sentido do declínio, embora bastante mais fraca (Quadro 1: Grécia II: -0,271; em vez de Grécia I: –0,569). Ainda que também neste caso o decréscimo não seja estatisticamente significativo, a representação gráfica aponta para um cenário de estabilização: por exemplo, a média para a década de 1980 é agora de 82%, ao contrário dos 85% anteriores, e a da década de 1990 é de 80%. Por outro lado, o valor absoluto do coeficiente está já ligeiramente abaixo do limiar de 0,3 definido. Portanto, parece ser mais avisado concluir por uma estabilização das identidades ideológicas na Grécia, do que pelo seu declínio. De qualquer modo, o cenário grego é diverso do das outras novas democracias da Europa do Sul. Tal dever-se-á a uma mais rápida aprendizagem da diferenciação esquerda-direita, na Grécia, fruto de um menor interregno ditatorial (e das linhas de continuidade pré e pós autoritarismo) neste país em comparação com Espanha e Portugal. Deste modo, a uma formação (nalguns casos recuperação) mais rápida destas identidades na Grécia sucede também um mais rápido acompanhar das tendências que se verificam nas democracias mais antigas.

Para a Espanha também consideramos dois períodos: Espanha I (1978-02) e Espanha II (1982-02), respectivamente com e sem os dados de Barnes,

McDonough e Pina (1985). Neste caso, porém, ao contrário da identificação partidárias, os resultados são basicamente comparáveis. Quer num caso, quer no outro, os dados evidenciam uma subida estatisticamente significativa das identidades ideológicas em Espanha.

Concluindo: de um conjunto de onze países, quatro evidenciam um aumento do autoposicionamento dos cidadãos no eixo esquerda-direita. Contudo, apenas em três destes casos os resultados são estatisticamente significativos e dois abrangem as novas democracias do Sul da Europa. Dos restantes sete países, apenas em quatro há um claro declínio da identificação com a divisão entre esquerda e direita, sendo a situação estável nos restantes. Portanto, estes dados não corroboram a hipótese do “fim das ideologias”, ou sequer do seu declínio generalizado. Aliás, mesmo retirando as novas democracias – resta um conjunto de oito países – ficamos com o seguinte panorama, que também ele não sustenta a referida hipótese: em quatro países há declínio, em três o cenário é de estabilidade e num é de aumento. Mais, a diversidade de tendências entre os países aponta para que tais evoluções não sejam explicáveis por factores socioestruturais. Nesta matéria, as evoluções relevantes são comuns aos diferentes países e, por isso, a diversidade de tendências quanto à evolução das identidades ideológicas terá de ser explicada por factores (geralmente políticos) específicos para cada país.

Em matéria da evolução das percentagens de indivíduos que se identificam com um qualquer partido (Quadro 1), duas primeiras notas se impõem. Primeiro, na análise das tendências para o caso português foram feitos dois ensaios: um que inclui os dados referentes a 1978 (1978-2002), retirados do estudo de Mário Bacalhau – Portugal I; outro sem estes dados

(1985-2002) – Portugal II. Obviamente, a segunda série cronológica é a que apresenta resultados estritamente comparáveis (ver Freire, 2004b, Capítulo 4). Na verdade, nenhuma das duas séries apresenta um resultado estatisticamente significativo. Contudo, quando incluímos os dados de 1978 a tendência é para um aumento das identidades partidárias (0,442); quando usamos a série iniciada em 1985 a tendência é para o declínio da identificação das populações com os partidos (-0,461). Embora nos inclinemos a pensar que as duas situações poderão não ser incompatíveis, porque a primeira nos dá uma perspectiva de prazo mais longo do que a segunda, a verdade é que metodologicamente a segunda série (Portugal II) nos dá maior segurança do que a primeira (Portugal I) em termos de resultados. Portanto, inclinamo-nos a concluir pela erosão das identidades partidárias, pelo menos dos anos 1980 para os anos 1990-2002.

Segunda nota: também para a Espanha considerámos duas situações, Espanha I (1978-02) e Espanha II (1985-02), respectivamente com e sem os dados de Barnes, McDonough e Pina (1985). No primeiro caso, a tendência é para um decréscimo das identidades partidárias (-0,157); no segundo passa-se o inverso (0,169). Em nenhuma das situações a evolução é estatisticamente significativa, nem atinge o limiar 0,3. Porém, neste caso os dados de Barnes e outros não são de todos comparáveis com os dos outros estudos (ver Freire, 2004, Capítulo 4) e, por isso, a série 1978-02 deve ser considerada apenas a título ilustrativo.

Considerando a série 1985-2002, para os casos de Portugal e Espanha, temos que no conjunto de onze países em análise apenas um revela uma evolução positiva em matéria da identificação dos cidadãos com os partidos

políticos (Quadro 1). O único caso com uma evolução positiva, a Espanha, não apresenta uma tendência estatisticamente significativa. Contudo, o valor absoluto do coeficiente (0,169) está claramente abaixo do limiar do 0,3, previamente definido. Portanto, neste caso será mais avisado concluir por uma estabilização das identidades partidárias entre as décadas de 1980 e 1990-2002, tal como sugere a Figura 2.

Das tendências de declínio em matéria de identidades partidárias há apenas três países com coeficientes não significativos: Portugal (-0,461), Grécia (-0,397) e Holanda (-0,142). Em termos gráficos (Figura 2), qualquer das situações parece apresentar uma relativa estabilidade, dados os reduzidos incrementos nas médias por década. Contudo, em termos do valor absoluto dos coeficientes apenas a Holanda apresente um valor inferior a 0,3. Portanto, salvo neste último caso, será talvez mais adequado concluir por uma ligeira erosão das identidades partidárias, pelo menos no período em análise.

No que respeita à evolução das “percentagens de indivíduos que se identificam forte ou razoavelmente com os partidos”, cujos dados não podemos apresentar aqui por motivos de espaço, o panorama geral é claramente de declínio (ver Freire, 2004b, Capítulo 4, especialmente Quadro 4.4 e respectivo comentário). A única excepção, a Espanha, apresenta um coeficiente que não é estatisticamente significativo, embora, por ter um sinal positivo, aponte no sentido do reforço das “identidades partidárias nucleares”. Todos os outros países apresentam evoluções no sentido do declínio deste tipo de identidades partidárias, ou pelo menos no sentido da sua estabilização (Grécia).

Notas conclusivas

Das análises desenvolvidas em matéria da evolução das identidades ideológicas e partidárias entre a década de 1970 e 2002, seis observações se impõem. Primeiro, nos países europeus em análise, a identificação dos eleitores com a divisão esquerda-direita foi e continua a ser bastante mais difundida do que as respectivas ligações atitudinais aos partidos políticos.

Segundo, as análises efectuadas revelaram que as identidades ideológicas acusam muito menor erosão do que as partidárias. Ou seja, enquanto a identificação dos cidadãos com os partidos políticos decresce quase sempre – em todos os países, excepto em Espanha e na Holanda, onde a situação é estável -, as percentagens de indivíduos que se autoposicionam na escala esquerda-direita aumentam (Portugal, Espanha, Dinamarca e Bélgica) ou mantêm-se estáveis (Grã-Bretanha, Holanda e Grécia) na larga maioria dos casos analisados: sete em onze. Portanto, enquanto a teoria do desalinhamento partidário parece aplicar-se a todas as democracias pós industriais em análise e mesmo em alguns dos novos regimes da Europa do Sul (Portugal e Grécia), embora nestes últimos casos em muito menor medida e de uma forma não totalmente conclusiva, o mesmo não se pode dizer das identidades ideológicas. A evolução destas parece depender em larga medida de factores específicos a cada país. Inclinamo-nos a pensar que estes factores remetem, nomeadamente, para oscilações na polarização ideológica ao nível da oferta partidária, já que pelo menos em termos sincrónicos este é o factor mais importante para explicar os impactos das três componentes (valorativa, partidária e social) da ideologia (ver Freire, 2004b, Capítulos 3, 4 e 5).

Em terceiro lugar, conforme esperado, a erosão das identidades ideológicas nunca atinge as novas democracias da Europa do Sul. Ou seja, nestes países as percentagens de indivíduos que se identificam com a divisão esquerda-direita estão em crescimento (Portugal e Espanha) ou estabilizaram (Grécia). Contudo, este não é um traço exclusivo dos novos regimes democráticos: em várias democracias antigas há um aumento ou uma estabilização da identificação dos cidadãos com o eixo esquerda-direita. O mesmo não se pode dizer das identidades partidárias, onde o declínio atinge as novas e as antigas democracias, embora a erosão não seja geralmente tão pronunciada nos novos sistemas como nos regimes estabelecidos há mais tempo. Portanto, parece ser, sobretudo, em matéria de identidades partidárias que a longevidade das democracias se faz sentir, se é que podemos ver nesta menor erosão um efeito da menor longevidade das novas democracias do Sul da Europa.

Quarto, a evolução das identidades ideológicas, entre 1976 e 2002, contraria as teses sobre o declínio da ideologia: numa maioria de países assistiu-se a uma estabilização ou a um aumento das percentagens de indivíduos que se autoposiconam na escala esquerda-direita. Mesmo se retirarmos as novas democracias do Sul da Europa ao conjunto, já que neste subconjunto as tendências são sempre de aumento ou de estabilização, ficamos com oito países dos quais quatro não evidenciam declínio na identificação dos cidadãos com a divisão entre a esquerda e a direita.

Quinta observação: face à média dos restantes países europeus em análise, as novas democracias do Sul da Europa apresentavam, na década de 1970, níveis substancialmente mais baixos de identificação com a divisão

esquerda-direita e com os partidos políticos. Contudo, o desvio entre as novas democracias do Sul da Europa e os outros países europeus analisados tem vindo a reduzir-se claramente. Nas décadas de 1980 e 1990-2002, as diferenças entre as novas democracias do Sul da Europa e as outras são muito menos marcadas, quer em termos de identidades partidárias[5], quer em termos reconhecimento da divisão esquerda-direita. [6] Contudo, no período 1990-2002 as identidades ideológicas em Portugal, Espanha e Grécia estão ainda abaixo da média europeia, sobretudo no caso de Portugal. Em matéria de identificação com os partidos, Portugal e a Grécia estão na década de 1990 já claramente acima da média Europeia; o inverso se passa com a Espanha. Porém, se considerarmos as "identidades partidárias nucleares" o caso muda de figura: na década de 1990, Portugal e a Espanha estão claramente abaixo da média Europeia; a Grécia está claramente acima daquela média (ver Freire, 2004b, Apêndice 5, Quadro A5.3).

---

[5] Em termos de médias para a década de 1980 e para o período 1990-2002, as percentagens de indivíduos que se identificam com os partidos nas três novas democracias são as seguintes: Portugal: 62,0 e 59,0; Espanha: 37,0 e 43,0; Grécia: 67,0 e 66,0, respectivamente para os anos 1980 e 1990-2002. Nos restantes onze países europeus, as percentagens médias correspondentes foram as seguintes: 60,63 e 51,75, respectivamente para as décadas de 1980 e para 1990-2002.

[6] Em termos de médias para a década de 1980 e para o período 1990-2002, as percentagens de indivíduos que se posicionam na escala esquerda-direita na "nova Europa do Sul" são as seguintes: Portugal: 74,0 e 78,0; Espanha: 75,0 e 80,0; Grécia: 85,0 e 80,0, respectivamente para os anos 1980 e 1990-2002. Nos restantes onze países europeus, as percentagens médias correspondentes foram as seguintes: 88,9 e 85,5, respectivamente para as décadas de 1980 e para 1990-2002.

Em sexto lugar, há a distinguir entre o caso grego e o das outras duas democracias do Sul da Europa. Seja logo na década de 1980, seja no período 1990-2002, a Grécia está e tem estado sempre mais em linha com as democracias europeias mais antigas, quer em termos de identidades ideológicas, quer em termos de identificação partidária. A maior convergência da Grécia com o resto da Europa, em comparação com Portugal e Espanha, é aliás também nítida em termos de tendências evolutivas: a erosão (identidades partidárias) ou a estabilização/declínio ligeiro (identidades ideológicas) já se faz aí sentir. Tais traços foram interpretados ao longo do presente trabalho como devendo-se aos seguintes factores. Primeiro, ao menor interregno ditatorial na sociedade grega; segundo, à continuidade em vários objectos políticos (líderes, partidos e tendências ideológicas) antes e depois do regime dos coronéis; finalmente, tendo entrado mais rapidamente em linha com as democracias europeias mais antigas, em termos de extensão das identidades ideológicas (e partidárias), também mais rapidamente acompanhou as tendências de estabilização (ou erosão) nestas matérias.

Referências bibliográficas

Bacalhau, Mário (s.d.), *Eanes, a Solução?: Inquérito à Situação Política*, Lisboa, Heptágono.

Bacalhau, Mário (1994), *Atitudes, Opiniões e Comportamentos Políticos dos Portugueses, 1993*, Lisboa, Editores Mário Bacalhau e Tom Bruneau.

Barnes, Samuel H. (2002), “Left and Right in Old and New Democracies”, *Central European Political Science Review*, Volume 3 (7), pp. 6-15.

Barnes, Samuel H., Peter McDonough e António L. Pina (1985), “The

development of partisanship in new democracies: the case of Spain", *American Journal of Political Science*, 29, pp. 695-720.

Barroso, José Durão, e Jonas Condomines (1985), "A dimensão esquerda-direita e a competição partidária na Europa do Sul (Portugal, Espanha, Grécia)", *Revista de Ciência Política*, 1, pp. 35-60.

Bell, Daniel (1960, 2000), *The End of Ideology. On the Exhaustion of Political Ideas in the Fifties*, Harvard, Harvard University Press.

Bobbio, Norberto (1994, 1995), *Direita e Esquerda*, Lisboa, Presença.

Budge, Ian, e Hans-Dieter Klingemann (2001), "Finally! Comparative over-time mapping of party policy movement", in Ian Budge et al (org.), *Mapping Policy Preferences. Estimates for Parties, Electors and Governments 1945-1998*, Oxford, Oxford University Press, pp. 19-50.

Campbell, Angus, *et al* (1960, 1980), *The American Voter*, Chicago, Chicago University Press.

Converse, Philip (1964), "The Nature of Belief Systems in Mass Publics", in David E. Apter, *Ideology and Discontent*, NY, Free Press, 206-261.

Converse, Philip (1969), "Of time and partisan stability", *Comparative Political Studies*, 2, pp. 139-171.

Dalton, Russell J. (2000), "The decline of party identifications", in Russell J. Dalton e Martin P. Wattenberg (org.), *Parties without Partisans. Political Change in Advanced Industrial Democracies*, Oxford, Oxford University Press, pp. 19-36.

Dalton, Russell J., e Martin P. Wattenberg (2000), *Parties without Partisans. Political Change in Advanced Industrial Democracies*, Oxford, Oxford University Press.

Eatwell, Roger (2003, 1999), “Introduction: what are political ideologies”, “Conclusion: the «end of ideology»”, in Roger Eatwell e Anthony Wright, *Contemporary Political Ideologies*, Londres, Continuum, pp. 1-22 e 279-290.

Franklin, Mark, et al (orgs.) (1992), *Electoral Change. Responses to Evolving Social and Attitudinal Structures in Western Countries*, Cambridge, Cambridge University Press.

Freire, André (2001), *Modelos do Comportamento Eleitoral: Uma Breve Introdução Crítica*, Oeiras, Celta.

Freire, André (2003), “Pós materialismo e comportamentos políticos: o caso português em perspectiva comparada”, in Jorge Vala, Manuel Villaverde Cabral e Alice Ramos (orgs.) *Valores Sociais: Mudanças e Contrastes em Portugal e na Europa,* Lisboa, ICS/Imprensa de Ciências Sociais, pp. 295-362.

Freire, André (2004a), “Voto por temas: orientações perante as políticas públicas, desempenho do governo e decisão eleitoral”, in André Freire, Marina C. Lobo, Pedro C. Magalhães (orgs.), *Portugal a Votos. As Eleições Legislativas de 2002*, Lisboa, ICS/Imprensa de Ciências Sociais.

Freire, André (2004b), *O Significado da Divisão entre Esquerda e Direita. Portugal, Espanha e Grécia em Perspectiva Comparativa*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Dissertação de Doutoramento, Fotocopiada.

Fuchs, Dieter, e Hans-Dieter Klingemann (1990), “The Left-Right Schema”, in

M. Kent Jennings et al, *Continuities in Political Action*, Berlin, deGruyter, pp. 203-234.

Fukuyama, Francis (1989), “The end of history”, *The National Interest*, 16.

Giddens, Anthony (1994, 1996), *Más Allá de la Izquierda y la Derecha*, Madrid, Ediciones Cátedra.

Giddens, Anthony (1998, 1999), *Para Uma Terceira Via*, Lisboa, Presença.

Giddens, Anthony (2000), *The Third Way and its Critics*, Cambridge, Polity Press.

Gunther, Richard, e Larry Diamond (2003), “Species of political parties. A new tipology”, *Party Politics*, 9 (2), pp. 167-199.

Gunther, Richard, e José R. Montero (2001), «The Anchors of Partisanship: A Comparative Analysis of Voting Behaviour in Four Southern European Countries”, in Nikiforos Diamandouros e Richard Gunther (orgs.), *Parties, Politics, and Democracy in New Southern Europe*, Baltimore, The John Hopkin University Press. pp. 83-152.

Heywood, Andrew (2003, 1992), *Political Ideologies. An Introduction*, Basingstoke, Palgrave Macmillan.

Inglehart, Ronald., e Hans-Dieter Klingemann (1976), “Party identification, ideological preference and the left-right dimension among western mass publics“, in Ian Budge, *et al* (orgs.), *Party Identification and Beyond: Representations of Voting and Party Competition*, London, John Wiley & Sons, pp. 243-276.

Klingemann, Hans-Dieter, e Dieter Fuchs (orgs.) (1995, 1998), *Citizens and the State*, Oxford, Oxford University Press.

Laponce, J.A. (1981), *Left and Right. The Topography of Political Perceptions*,

Toronto, University of Toronto Press.

Lipset, Seymour M. (1981, 1987), “?El fin de toda ideologia?” e “Un concepto y su historia: el fin de la ideología”, in Seymour M. Lipset, *El Hombre Político. Las Bases Sociales de la Política*, Madrid, Editorial Tecnos, pp. 357-372 e 420-448.

Lobo, Marina C., e Pedro C. Magalhães (2001), “From «third wave» to «third way»: Europe and the Portuguese socialists (1975-1999)”, *Journal of Southern Europe and the Balkans*, Volume 3 (1), pp. 25-35.

Luhmann, Niklas (1982), *The Differentiation of Society*, Nova Iorque, Columbia University Press.

Mair, Peter (1998, 1997), *Party System Change. Approaches and Interpretations*, Oxford, Oxford University Press.

Niemi, Richard G. et al, (1985), “Testing the converse partisanship model with new electorates”, *Comparative Political Studies*, 18, pp. 300-322.

Pasquino, Gianfranco (2002), “Third way in Europe”, *Central European Political Science Review*, Volume 3 (7), pp. 16-30.

Sani, Giacomo, e José R. Montero (1986), “El espectro político: izquierda, derecha y centro”, in Juan Linz e José R. Montero (orgs.), *Crisis y Cambio: Electores y Partidos en la España de los Años Ochenta*, Madrid, Centro de Estudios Constitucionales, pp. 155-200.

Schmitt, Hermann, e Sören Holmberg (1995, 1998), “Political parties in decline?”, in Hans-Dieter Klingemann e Dieter Fuchs (orgs.) (1995, 1998), pp. 95-133.